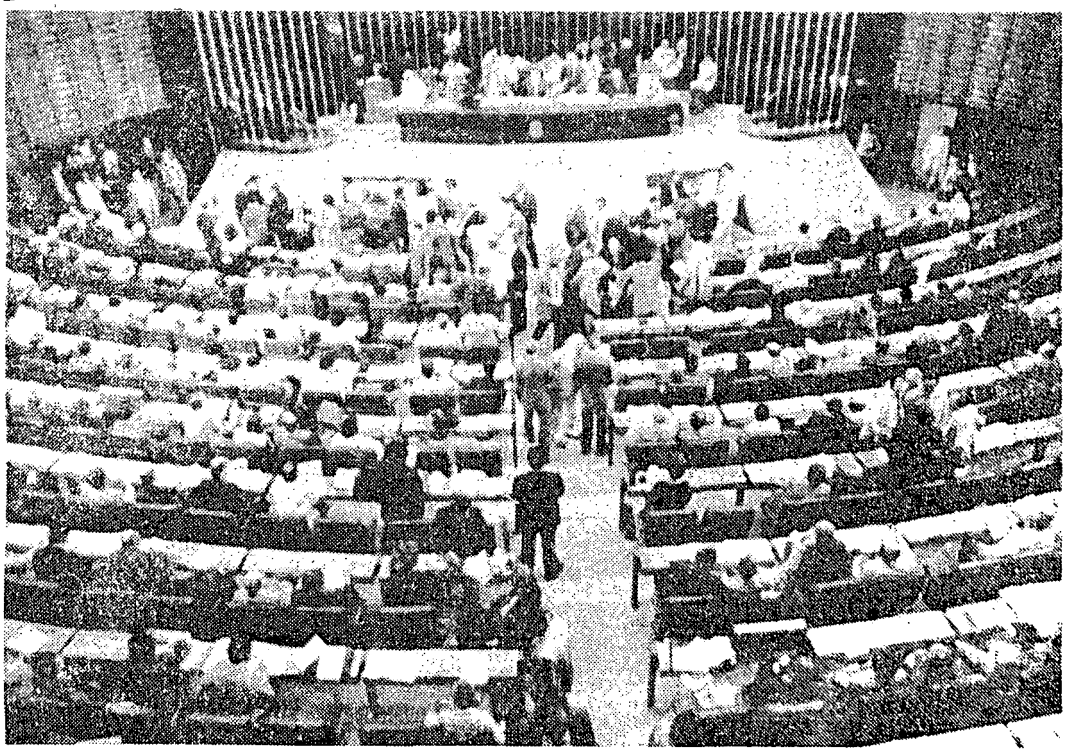
KARDEX
MC
PP
DOC. GERAL

No. 466 - agosto de 1988

Aconteceu

Constituinte define jornada de 44 horas



Finalmente, a Constituinte teve quorum para a votação do 2º. turno

Evangélicos da Constituinte: uma bancada em troca de favores

(Pág. 4)

Balbina: a permanente ameaça aos índios e meio ambiente

(Pág. 13)

Constituintes definem jornada máxima de 44 horas

O Congresso constituinte estabeleceu a jornada de trabalho máxima de 44 horas, ao rejeitar os pedidos de destaque que previam jornada de 40 horas. Pelo texto aprovado ficou garantido também o pagamento de horas extras com um adicional de 50% em relação à hora normal, férias anuais pagas com pelo menos um terço a mais que o salário normal e a licença maternidade de 120 dias, no capítulo "Dos Direitos Sociais". Com a realização de uma dúzia de votações até as 20h30, dia 9, os parlamentares adiaram a votação de temas polêmicos como a licença paternidade, a jornada máxima de seis horas para turnos contínuos de revezamento e o prazo de prescrição das ações trabalhistas.

Os constituintes terminaram também a votação do capítulo "Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", garantindo o habeas-data (que permite ao cidadão obter informações sobre sua pessoa nos ógãos públicos, como o Serviço Nacional de Informações - SNI), o mandado de injunção (para garantir o exercício de direitos constitucionais que dependem de regulamentação e a classificação como "inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes hediondos".

Dentro deste capítulo, ficaram adiadas a votação dos destaques relativos ao impedimento de prisão "senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente" e sobre a aplicação imediata dos direitos e garantias fundamentais. Já estão garantidas, na nova Carta, o mandado de segurança coletivo e o "seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário". A estabilidade no emprego, protegido "contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar que preverá indenização compensatória", ficou como aprovado no primeiro turno, com a rejeição de destaques do líder do PT, Luis Inácio Lula da Silva, que pretendia ampliar o direito proibindo a demissão arbitrária sem outras considerações.

Dicionário da Constituição

Ação popular: instrumento jurídico pelo qual qualquer cidadão pode anular um ato que provoque dano ou prejuízo à moralidade administrativa, ao patrimônio público, ao patrimônio histórico-cultural e ao meio ambiente.

Ação de inconstitucionalidade: instrumento jurídico que pode ser impetrado contra qualquer ato ou omissão que fira um preceito da Constituição.

Habeas-corpus: garantia constitucional concedida em favor de quem sofre ou esteja ameaçado de sofrer coação ou violência em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso do poder.

"Habeas-data": garantia constitucional que assegura o conhecimento e retificação das informações que os bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público possuem sobre ele.

Mandado de segurança: garantia constitucional para proteger direito líquido e certo (não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data") contra uma ilegalidade ou abuso do poder cometida por uma autoridade pública.

Aconteceu
No. 466 - agosto de 1988
CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienopólis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloísa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Marcus Vinicius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Coordenador:
Jether Pereira Ramalho

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Ligia Dutra
Composição
Katia Simões
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

D. Hélder elogia Constituição

O Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, pediu dia 8 que todos os educadores brasileiros "segurem com as duas mãos a nova constituição, pois o essencial está salvo ali dentro". Ele espera que logo depois da promulgação da futura Carta se discuta a preparação da legislação que permitirá, de forma concreta, a aplicação dos princípios estabelecidos pela Constituinte. Dom Hélder falou durante a solenidade dos 50 anos de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inepe). (O Globo -

Congresso aprova direito de propriedade e veta censura

O Congresso constituinte votou dia 3 os destaques relativos a 27 ítens do artigo quinto, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Ficaram garantidos, entre outros, o direito de propriedade; a vedação da tortura; a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de licença; o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas e o impedimento de penhora das pequenas propriedades rurais para pagamento de crédito agrícola. (Folha SP

Eleição terá turno único se Carta atrasar

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não sabe se terá condições de realizar as eleições municipais em dois turnos. O Ministro Oscar Dias Correa, Presidente do TSE, disse dia 4 que aguardará a promulgação de nova Carta para decidir se haverá tempo hábil para o segundo turno nas cidades com mais de 200 mil eleitores.

- O TSE tudo fará para cumprir a Constituição que estiver em vigor, mas não pode se comprometer a realizar o impossível - disse Correa.

Segundo ele, a realização do segundo turno dependerá das condições físicas e do tempo que o Tribunal tiver para prepará-la. Por enquanto, o Tribunal se prepara apenas para as eleições em turno único.

O líder do PFL, na Câmara Deputado José Lourenço dizia no dia 4 ter ouvido do Presidente do TSE que dificilmente haverá condições de realizar as eleições municipais em dois turnos, por absoluta falta de tempo para a sua regulamentação. Alguns parlamentares próximos a Lourenço chegaram a admitir que há uma estratégia do partido de não dar quorum às sessões da Constituinte, para atrasar a votação do dispositivo que institui as eleições em dois turnos e inviabilizá-las

Voto aos 16 e greve serão decididos em plenário

O voto dos menores entre 16 e 18 anos, aprovado no Congresso constituinte na votação em primeiro turno do projeto de Constituição, será decidido pelo voto dos parlamentares no plenário. Existem seis emendas destacadas no caítulo 4 (Dos Direitos Políticos), que visam retirar a inovação. Não houve acordo entre as lideranças partidárias para uma votação homogênea e, por isso, o tema será decidido na votação.

Todos os dispositivos relativos ao direito de greve estão na mesma situação. Não houve acordo, e os destaques irão a voto no plenário.

A licença-maternidade de 120 dias - prevista pelo projeto constitucional - será mantida. Não houve consenso sobre a licença-paternidade de oito dias.

A proposta em negociação entre as lideranças era manter a licença sem a fixação do prazo na Carta.

Entre osacordos realizados as lideranças concordaram em eliminar a limitação dos cargos de ministro de Estado aos brasileiros natos, o que abrirá a possibilidade de brasileiros naturalizados ocuparem esse cargo.

As lideranças chegaram a um acordo para garantir a "proteção do mercado de trabalho da mulher".

Evangélicos trocam votos por vantagens

Como se fosse uma bancada, boa parte do grupo dos constituintes evangélicos fez da tarefa de preparar a nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens para suas igrejas e muitas vezes para eles próprios.

Só de verbas federais, eles já conseguiram cerca de Cz$ 300 milhões desde que a Constituinte entrou em sua fase decisiva, sem contar pedidos no total de mais de Cz$ 200 milhões ainda em tramitação e outras milionárias dotações obtidas no âmbito regional.

O fisiologismo praticado em nome de Deus por esse grupo, liderado pelo deputado Gidel Dantas (PDC-CE) e organizado em torno da Confederação Evangélica Brasileira, vem provocando reação inclusive nos meios protestantes. "É terrivelmente constrangedor saber que evangélicos estão envolvidos em escândalos", lamenta o deputado protestante Lysâneas Maciel (PDT-RJ).

Autor da emenda que fixou em cinco anos o mandato do presidente Sarney, o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), acabou ganhando uma concessão de rádio e um inimigo. O deputado estadual e também evangélico, Joao Felinto, com quem fez dobradinha em 86, acusa Iensen de ter posto a concessão, dada a Assembléia de Deus, no nome de um de seus filhos.

Gilberto Alves — 9/5/88

Benedita da Silva, deputada que também condena seus colegas evangélicos

O mais recente escândalo envolvendo a chamada bancada evangélica surgiu há três semanas, quando o coordenador na Bahia da Fundação Educar, Raimundo Orrico, foi demitido do cargo depois de conceder uma verba de Cz$ 100 milhões à igreja Assembléia de Deus de Salvador. Orrico havia sido indiciado pelo deputado Mílton Barbosa, memebro daquela igrja, em troca do apoio às posições do governo na Constituinte. (JB - 07/08/88)

CNBB desaloja Pastoral Rural no Nordeste

A equipe de quatro funcionários da Pastoral Rural do Secretariado Regional do Nordeste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi desalojada dia 5 à tarde. A determinação partiu da presidência da CNBB regional, que ordenou a desocupação das salas da Pastoral na sede da entidade, na rua do Giriquiti, centro de Recife (PE).

A Pastoral Rural é a versão nordestina da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e vinha sendo pressionada há cerca de um ano pela corrente "conservadora" do episcopado regional, atualmente hegemônica na Igreja do Nordeste. O Secretariado Regional Nordeste 2 abrange os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. (FSP - 05/08/88)

Anglicanos aceitam debate com Vaticano

Reunidos em Canterbury, bispos de 27 igrejas anglicanas do mundo aprovaram por ampla maioria um documento que dá "via livre" a um diálogo sem precedentes com o Vaticano e sobre o primado nas Igrejas cristãs. Para os observadores, pela primeira vez desde o cisma com Roma, há 400 anos, os anglicanos perguntam, oficialmente, a si mesmo se o Papa não poderia voltar a ser seu Pontífice. Reunidos na Conferência de Lambeth, quase um concílio, os 27 bispos aceitaram como "digno de estudos posteriores" um documento no qual se teoriza sobre a possibilidade de que o Papa possa converter-se no "guia supremo" das "Igrejas cristãs reunidas". (O Globo - 04/08/88)

Sem terra ocupam mais duas fazendas

Carlos Ruggi/AE

PM de plantão na fazenda: violência contra invasores

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Paraná anunciou dia 8, em Curitiba, a ocupação de mais duas fazendas no interior do Estado, por cerca de 1.800 famílias. Na última sexta-feira outra fazenda, a Santo Antônio do Irati, em Bituruna, foi ocupada por cerca de 300 pessoas, retiradas no sábado pela Polícia Militar.

Os dirigentes do movimento criticaram a violência da ação policial em Bituruna, que deixou muitas pessoas feridas - entre elas o presidente do Sindicato Rural do município, Anísio Francisco da Rosa, que sofreu ferimentos generalizados na cabeça, no rosto e nos ombros. A Comissão de Terra da Assembléia Legislativa já solicitou exames médicos no Instituto Médico Legal para todos os agricultores que foram detidos, para fundamentar uma possível ação contra a Polícia Militar.

O presidente da comissão, José Domingos Scarpellini, do PMDB, criticou a ação policial e lamentou que "a Polícia Militar estivesse sendo usada para guardar uma propriedade privada durante 40 dias, referindo-se à presença permanente de um pequeno contingente de soldados dentro da fazenda Santo Antônio, diante da ameaça de invasão.

Enquanto isso, no município de Roncador, na região Oeste, cerca de 200 famílias ocupavam, a fazenda Cancan, de Jurandir da Silveira Pinto. Segundo o major César Renato Velinski, da PM da região, a polícia está apenas "acompanhando os fatos" para evitar qualquer conflito, e somente poderá agir mediante a apresentação de mandado judicial.

A outra área ocupada, no município de Prudentópolis, região Centro-Sul do Estado, pertence a três empresas reflorestadoras - Terplan, Companhia Pinheiros e Santo Andrade La Torre, que estão em litígio com o governo do Estado, disputando a posse de uma parte dela. De acordo com os dados apresentados pelo Movimento dos Sem-Terra, a área foi ocupada por cerca de 1.500 famílias. (O Estado de São Paulo - 09/08/88)

Posseiros na Bahia exigem verba prometida

Representantes das 131 famílias de trabalhadores rurais assentadas há um ano na Fazenda Amaralina, em Vitória da Conquista, acamparam durante um dia na delegacia-regional do Ministério da Reforma e Desenvolvimneto Agrário em Salvador para conseguir a liberação de cinco cotas do crédito alimentação, no total de pouco mais de Cz$ 50 mil por família. Eles obtiveram também a promessa de que até o dia 25 lhes serão concedidas as cotas do crédito-fomento, destinado à formação de pequenas criações e cultivo da terra.

Os posseiros reclamam que, desde que foram assentados na fazenda, desapropriada para reforma agrária, praticamente nada receberam de assistência e benefícios do ministério. As obras de infra-estrutura não foram concluídas, os lotes não foram demarcados e sequer foi definido o financiamento para a construção de casas. Dessa forma, em condições de cultivar a terra, estavam passando fome, porque também não recebiam a ajuda para alimentação que o ministério prometeu.

O delegado do ministério, Geraldo Pórtela, conseguiu que os posseiros voltassem para a Fazenda Amaralina, prometendo-lhes que até o dia seguinte os recursos do crédito-alimentação estariam depositados em um banco de Vitória da Conquista. (JB - 10/08/88)

Fidel vai à posse de Rodrigo Borja

Reuter

Fidel Castro, discursa no Equador

O líder Fidel Castro compareceu à cerimônia de posse do novo presidente do Equador, Rodrigo Borja, dia 10, em Quito. Castro foi o sétimo presidente a confirmar sua presença em Quito, onde compareceram também Raul Afonsín, Virgílio Barco, Oscar Árias, Mário Soares, Júlio Maria Sanguinetti e Jaime Lusinchi. Rodrigo Borja, de centro-esquerda, afirmou que um de seus primeiros atos será o de restabelecer relações diplomáticas com a Nicarágua. (JB - 09/08/88)

Argentina espera reduzir inflação

O governo argentino espera que a inflação, a partir de setembro e até o fim do ano, fique entre zero e 10% ao mês, "mais perto do zero e mais longe do dez", conforme avaliação feita pelo assessor especial do Ministério da Economia, o economista Roberto Frenkel.

Em agosto, sempre segundo Frenkel, a inflação manterá o ritmo anterior (em torno de 25%), na medida em que os ajustes de preços já haviam sido adotados antes do lançamento do chamado Plano Primavera, anunciado na noite do dia 3 pelo ministro da Economia, Juan Vital Sourrouilli.

A intenção do governo é a de estender até março do ano que vem o acordo com o empresariado para a contenção de preços. Por enquanto, o acordo vale para agosto e setembro, meses em que se fará a avaliação e acompanhamento do Plano Primavera, para verificar as condições para prolongá-lo por mais 180 dias, ou seja, chegando até março de 1989.(Folha SP - 05/08/88)

Atentado mata católicos na Irlanda

Um estudante e um motorista de caminhão que veio em sua ajuda, ambos católicos, foram mortos dia 8 a tiros em Belfast, capital da Irlanda do Norte. O atendado não foi reivindicado por qualquer grupo. A polícia acredita, porém, que a ação é uma represália ao assassinato, na última quarta-feira, de dois pedreiros que faziam consertos num posto de polícia, por quatro integrantes do IRA (Exército Republicano Irlandês).

O estudante, Seamus Morris, 18, andava pela rua em Andoyne, bairro católico de Belfast, quando recebeu uma rajada de balas disparada por homens mascarados, de dentro de um carro, com armas automáticas. O motorista Peter Dolan passava pelo local com um caminhão cheio de cervejas e tentou auxiliar o jovem, jogando seu veículo contra o carro dos terroristas. Os atacantes saíram do carro e balearam Dolan, que morreu no hospital.

Democratas norte-americanos querem negociar ajuda aos contra

A Casa Branca e os senadores republicanos rejeitaram um plano dos democratas que propiciaria 27 milhões de dólares em ajuda humanitária para os contras da Nicarágua, mas condicionaria a liberação de 16 milhões em ajuda militar a uma segunda votação. O governo Reagan e os republicanos querem a aprovação imediata de um novo envio de armamentos para os antisandinistas, mas dificilmente atingirão esse objetivo, já que a Câmara e o Senado são controlados pela oposição. Funcionários do Departamento de Estado disseram à agência UPI que grupos oposicionistas nicaraguenses receberam ano passado milhões de dólares de entidades conservadoras americanas e da CIA. (JB - 09/08/88)

Grupo de 500 soviéticos sai do Afeganistão

Um comboio de 500 homens, da primeira unidade do Exército soviético a deixar o Afeganistão, partiu dia 8 para a fronteira norte do país rumo à URSS. Outra unidade deverá voltar para a URSS nos próximos três dias. Até o fim do mês, afirmou a agência Tass, os soviéticos terão se retirado de 25 das 29 províncias do Afeganistão.

O comboio de 100 veículos partiu da base soviética de Khair Khana, no norte de Cabul, depois de uma cerimônia de despedida, em que afegãos com turbantes tradicionais e meninas com uniforme escolar jogaram flores aos soldados e cantaram "slogans" sobre a amizade soviético-afegã. No dia 11, uma unidade de 500 soldados, baseada em Cabul, partirá para a URSS.

Professores propõem nova lei

Cerca de 4.500 educadores de todo o Brasil, reunidos em Brasília na quinta Conferência Brasileira de Educação, apresentaram suas propostas para a nova lei de direitos e bases da educação, que começará a ser votada pelo Congresso Nacional logo após a promulgaccão da constituição.

Os participantes querem garantir na lei a exclusividade das verbas públicas para o ensino público, que não está garantida pela nova carta, e que o governo "encare" a resolução dos problemas educacionais, principalmente o analfabetismo, com prioridade absoluta, garantindo A.investimentos maciços" para a área.

Os educadores propoem um sistema nacional unificado de educação pública, igualando escolas municipais, estaduais e federais. Exigem também carreira única para o magistério em todos os níveis e aumento da carga horária, obrigando alunos e professores a permanecerem na escola em tempo integral. Para isso, o estudante trabalhador deve ter garantida uma diminuição de sua jornada de trabalho. (O ESP - 06/08/88)

Comunidade pode administrar escola

O MEC vai estimular a participação da comunidade na administração das escolas públicas como fórmula para melhorar a qualidade do ensino. Em Brasília, uma comissão se encarregará de identificar 20 escolas do Distrito Federal que serão piloto de uma experiência cujos resultados poderão determinar a implantação da co-gestão no resto do país. Segundo o Secretário Geral do MEC, Luiz Bandeira, a adoção do regime de co-gestão foi sugerida inicialmente pelo presidente da Federação Nacional de Pais de Alunos (FENAPA), Luiz Casemiro. Luiz Bandeira que coordena o Programa de Valorização da Escola Pública, disse que a melhoria do ensino se dará em três fases: aumento progressivo dos salários dos professores, acompanhado de cursos de reciclagem profissional; maior autonomia para as escolas gerirem os seus próprios quadros de recursos humanos e suas dotações orçamentárias; e a co-gestão. (O Globo - 06/08/88)

Paraná também tem greve no ensino

A greve dos professores da Rede Estadual de Ensino de primeiro e segundo graus do Paraná foi mesmo deflagrada na sexta-feira (05/08/88), apesar dos prévios avisos do governador Álvaro Dias e do Secretário da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, de que não serão atendidas as principais reivindicações da categoria. Os 65 mil professores querem reposição de 52,95 por cento nos seus salários atuais, mais um piso formado com oito salários mínimos de referência.

A greve da categoria foi aprovada logo após terem sido apresentadas pesquisas dando conta de uma defasagem de mais de 50 por cento. (Gazeta Mercantil - 06/08/88)

Governo e professores negociam

O subsecretário de administração Marcus de Alencar disse dia 6 que o governo do estado do Rio não encerrou as negociações com os professores em greve desde o dia 12 de junho. Segundo ele, o que houve foi uma mudança no mecanismo de negociacão, que passará agora a ser feito diretamente secretarias de educação e administração para tratar do plano de carreira do pessoal de apoio que o governo pretende encaminhar a Assembléia Legislativa.(O Globo - 07/08/88)

Acontecendo

Curiosidade

O governador do Rio Moreira Franco, paga por mês Cz$ 788,00 de imposto de renda. (Informe JB - 05/08/88)

É dando...

Durante a inquirição de Murad, o primeiro senador a defender o assessor presidencial e a atacar a CPI foi Odacir Soares (PFL-RO), que, por coincidência está sendo muito falado para uma das vagas no ministério de Sarney. (Painel FSP - 05/08/88)

O pedido

Do senador brasiliense Maurício Correa, dia 4, para o ex-genro de Sarney, Jorge Murad:

"Vossa Senhoria, que é tão poderoso, bem que podia trabalhar o Planalto para que o José Aparecido deixe o governo de Brasília e assuma um posto no Ministério. Assim estaria prestando um grande serviço ao país e especialmente a Brasília."

Pelo jeito, o pedido foi aceito. (Painel FSP - 05/08/88)

Promessa malufista

Paulo Maluf explicava dia 4 a repórteres seus planos para a área habitacional de São Paulo, caso se eleja prefeito.

"Para as pessoas que moram em cortiços, darei uma casa de alvenaria, com água, luz, esgoto e telefone", disse.

Parou, notou que tinha exagerado mas não alterou a promessa. (Painel FSP - 05/08/88)

Câmara investiga

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, Fernando Gasparian, já solicitou ao presidente do BNDES, Márcio Fortes, esclarecimentos sobre o financiamento daquele banco para a construção do Hotel Mundaú, em Alagoas, que tem um dos filhos de Sarney como sócio.

Pela legislação, Fortes tem dez dias para prestar tais informações. (Painel FSP - 05/08/88)

"Plano Malvadeza"

Segundo um assessor direto de Sarney, o governo tem cinco propostas diferentes para enfrentar a crise econômica: manter a política atual; adotar o redutor de preços e salários; endossar o pacto econômico-social idealizado pela Fiesp; executar a política de "otenização" sugerida por Sayad; ou optar pelo "Plano Malvadeza", proposto por Antônio Carlos Magalhães.

Ele recomenda a demissão de todos os teóricos da economia que hoje assessoram Sarney. (Painel FSP - 05/08/88)

Alimento e corrupção

O Tribunal de Contas da União encaminhou dia 4 à CPI do Senado que investiga a importação de alimentos durante o Plano Cr do o relatório da auditoria que realizou na terbrás, Cobal e Companhia de Financiamentos da Produção.

Quem já que viu esse relatório garante que ele contém "provas irrefutáveis" de graves irregularidades.(Painel FSP 05/08/88)

Darwinismo político

Ouvido, dia 4, no gabinete do senador Severo Gomes, sobre o estado de espírito dos "históricos":

De acordo com a teoria evolucionista em voga, o parlamentar do PMDB primeiro deve ficar uma arara para depois virar tucano." (Painel FSP 05/08/88)

Segundo turno

Nos meios judiciais paulistas, comenta-se que o Tribunal Superior Eleitoral já tem pronta minuta de regulamentação do segundo turno das eleições em cidades com mais de 200 mil eleitores, tal como previsto no texto constitucional até agora aprovado.

É para ganhar tempo, no caso de o segundo turno de votações constitucionais ratificar a decisão do primeiro.(Painel - 10/08/88)

Constituição de Cuba

A Constituição Cubana, finalmente, chega ao Brasil através livro a ser lançado pela Univerta - Universidade Aberta, no próximo dia 17, no Circo Voador.

O lançamento, em texto integral, conta com ilustrações e poemas de autores latino-americanos, como: Vinícius de Moraes, Oswald de Andrade, Neruda, Portinari, Segall, Di Cavalcanti e outros. Haverá também debates, leituras de textos e poesias, projeções de filmes e vídeos, além de muita festa.

Para quem comparecer - e comprar - será sorteada uma passagem de ida e volta a Cuba.

Alegria, alegria

O contribuinte carioca vai gastar este ano com a Câmara de Vereadores do Rio cerca de Cz$ 6,1 bilhões.

Um desembolso praticamente igual ao da Secretaria de Desenvolvimento Social - estimado, este ano, em Cz$ 6,3 bilhões.(Informe JB - 10/08/88)

Brega

Definitivamente o governo José Sarney terá feito uma opção preferencial pela breguice, se confirmada a escolha do deputado Robertão Cardoso Alves para o Ministério da Indústria e Comércio e do senador Alexandre Costa para o governo de Brasília. (Informe JB - 10/08/88)

Leia e assine a revista Tempo e Presença

Ficha de Assinante — Revista TEMPO E PRESENÇA
Assinatura anual: □Cz$ 1.000,00 □Assinatura de apoio: Cz$ 1.500,00
América Latina: US$ 60 América do Norte: US$ 80 Europa, África e Ásia: US$ 90

Nome:
Endereço:
Cidade: CEP: Estado:
Telefone: Profissão: Data de Nasc

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 938 — 01238 — São Paulo — SP, ou envie vale postal para Ag. Correio 403911 — Sta. Cecília — SP.

Tempo e Presença é um periódico mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares.

Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Agora no Brasil a edição em português do jornal **BARRICADA.Conheça-o.**
Maiores informações, cartas para "Panorama|Noticioso, Av. Franklin Roosevelt, 39/418 - RJ CEP - 20.021

BARRICADA Internacional

EDIÇÃO EM PORTUGUÊS DO ÓRGÃO INTERNACIONAL DA FRENTE SANDINISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Professores vão manter a paralisação

Em assembléia nas escadarias do Palácio Tiradentes no Centro do Rio, cerca de 1.000 professores decidiram que a greve, continuará em todo o estado. Os grevistas não vão deixar de protestar até que o governador Moreira Franco desista da vinculação da folha de pagamento do funcionalismo a 65% da arrecadação tributária.

Os professores reivindicam ainda do governador um indexador de salário (o índice de Custo de Vida do Dieese), reposição salarial de 214%,, reajustes mensais também de acordo com as estatísticas do Dieese, plano de carreira para o pessoal de apoio, extensão dos benefícios aos inativos e melhoria da qualidade de ensino. (JB - 05/08/88)

Mirad não extinguiu mordomia do Incra

Os funcionários do extinto Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra), hoje pertencentes aos quadros do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad), não ficaram assustados quando leram, no Diário Oficial do dia 8 os valores dos seus novos aluguéis. As novas taxas de ocupação dos 436 imóveis pertencentes ao órgão foram elevadas para Cz$ 171,56; Cz$ 131,91; e, para os felizes moradores de uma das melhores superquadras da Asa Sul - a SQS 315 - Cz$ 271,15.

Se algum desses servidores perdesse o emprego no Mirad, teria de pagar um aluguel de cerca de Cz$ 70 mil (para apartamento de dois quartos) ou Cz$ 90 mil (por um imóvel de três quartos), segundo estimativa de uma imobiliária local. Estes são os valores de mercado nas superquadras mais procuradas, muitas com imóveis do Incra.

Os prédios do Instituto - que era uma autarquia - serão transferidos para o Patrimônio da União tão logo seja concluído o inventário dos bens e ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Administração Pública (Sedap), que administra os 10.760 imóveis funcionais do Governo federal.

Por enquanto, as propriedades do extinto Incra estão sob a administração do Mirad. A portaria publicada no Diário Oficial é assinada pelo ex-Secretáio Geral do Mirad, Delile Guerra de Macedo, empossado dia 8 na Secretaria Geral do Ministério da Previdência Social. À espera do novo Ministro e dos ocupantes de chefias, seus assessores não quiseram dar informações sobre os imóveis.

Na Sedap não há dados sobre o antigo patrimônio do Incra. Mas como a atual legislação sobre imóveis funcionais (Decreto 85.633, de janeiro de 1981) dá preferência aos servidores da administração federal direta,transferidos ou removidos ex-ofício para o Distrito Federal, e aos indicados para cargos de Direção de Assessoramento Superior (DAS) ou Função de Assessoramento Superior (FAS), muitos inquilinos poderão perder o direito ao imóvel funcional.

Os servidores de autarquias que hoje moram em prédios da União são os beneficiados por leis anteriores. Com isso, alguns funcionários que foram contratados para iniciar a reforma agrária talvez tenham de brigar na Justiça contra a reforma urbana para provar que têm direito de morar num imóvel da União.

Universidades terão de preencher vagas

As universidades preencherão, de acordo com seus próprios critérios, as vagas que sobrarem após cada vestibular. Essas normas - que poderão variar desde a chamada para novo concurso até a escolha de outro curso como segunda opção - deverão constar do edital de vestibular de cada instituição de ensino superior. O preenchimento das vagas, entretanto, deverá obedecer à ordem de classificação geral final.

Essa foi a solução encontrada pelo Ministério da Educação para resolver o problema das vagas nas universidades públicas e particulares, que só neste ano chegaram a 15% do total de matrículas oferecidas no concurso de janeiro. As modificações já estão sob a forma de minuta de decreto, a ser assinado pelo presidente José Sarney. Na exposição de motivos, que acompanha a minuta, o ministro Hugo Napoleão argumenta: "Não é admissível que jovens adolescentes permaneçam fora da escola havendo vagas ociosas nas insitutições de ensino superior, especialmente nas públicas.

Rigor

Para os técnicos do ministério, uma das possíveis causas do aumento de vagas ociosas nas universidades é a atual formulação de provas muito rigorosas, em nível acima da capacidade dos alunos de segundo grau. Para garantir que não se ultrapasse o nível do curso secundário, o quarto artigo do decreto estipula a participação de professores de segundo grau na confecção das provas.(JB - 05/08/88)

"Fim da pobreza exige ampla reformulação dos programas sociais"

O fim da pobreza absoluta em que vivem aproximadamente 25 por cento da população brasileira não depende apenas da aplicação de novos recursos financeiros, mas de uma reformulação da política social do governo. As distorções acumuladas nos inúmeros planos oficiais de assistência dificultaram a aplicação de uma política voltada para a erradicação da pobreza. Ilustra esse fato a taxa de mortalidade no Brasil, que é o dobro da registrada nas Filipinas, superior a da Guatemala e três vezes maior que a do Ceilão, apesar da renda "per capita" brasileira ser duas vezes maior que a desses países.

Está situação foi exposta por Carlos Lessa, diretor da área social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao debater dia 4 a questão da pobreza versus desenvolvimento no seminário "Brasil Século XXI", promovido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Ele disse que, com a aplicação de US$ 24 bilhões, o governo teria condições de tirar da miséria 4 milhões de famílias ligadas a pequenas propriedades e 32 milhões de pessoas que vivem em condições miseráveis em regiões urbanas. "Mas o principal para o sucesso de qualquer programa é a ruptura da atual estrutura", acrescentou. Os problemas mais evidentes, segundo ele, residem na preferência pela execução de novas obras, em detrimento da manutenção da estrutura existente; consumo de recursos na atividade- meio e não na atividade-fim; problemas que beneficiam os burocratas que o público e preferência a técnicas sofisticadas e dispendiosas, ante soluções simples. Entre esses problemas, o economista indica também a "corrupção sistemática e endêmica". (Gazeta Mercantil - 05/08/88)

Dez milhões de pessoas sem moradia em SP

O crescimento acelerado no número de favelas não atinge apenas o grande ABC, mas acontece em larga escala na capital, e em geral, em todo o estado de São Paulo. Dados da secretaria estadual de habitação apontam que São Paulo enfrenta déficit de dois milhões de habitações, ou seja, dez milhões de pessoas - um terço da população - vivem em favelas; 3,5 milhões em cortiços ou outros tipos de residências precárias, classificadas de sub-habitações. Na capital a questão agrava-se, já que as estimativas apontam 55 por cento dos paulistas morando nestas condições, dos quais perto de 900 mil em favelas. Segundo o secretário da habitação, Adriano Murgel Branco, a população favelada do grande ABC está entre as médias do estado e da capital. O grande responsável pelos índices insuportáveis no setor habitacional, na opinião do secretário, e mesmo o Governo Federal que, a partir da centralização e utilização inadequada de recursos,levou o país à falência. (Diário do grande ABC - 02/08/88)

Omissão do IBDF queima Parque das Emas

O bispo de Mineiros, no Sul de Goiás, dom Erik Deustsmann, entregoudia 8 ao ministro da Agricultura, Íris Resende, e ao Secretário-geral do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), José Carlos Carvalho, um documento com quatro mil assinaturas de habitantes do município onde está localizado o Parque Nacional das Emas. Nesse documento, o IBDF é acusado de estar sendo omisso em relação ao parque, que teve 70% de sua área destruída num incêndio na semana passada.

Presidente da Comissão de Conservação da Natureza em Mineiros, dom Erik afirmou que os fazendeiros da região têm sido sempre "os bodes expiatórios cada vez que o parque queima". Para ele, o fogo foi causado pelo abandono em que vive o Emas, o qual conta com apenas cinco funcionários. (O Estado de São Paulo - 09/08/88)

Justiça mineira quer índio fora da reserva

O juiz da sexta Vara de Justiça Federal em Minas, Arnaldo Esteves Lima, determinou que 150 índios remanescentes da tribo Krenak abandonem 212 hectares de terra da reserva indígena de Resplendor, município da região do Vale do Rio Doce, a 290 quilômetros de Belo Horizonte. O despacho do Juiz, feito dia 28 de junho passado e só agora cumprido por causa das férias forenses, recomenda que a retirada dos Krenak seja feita "sem qualquer tipo de violência".

"Há maior violência do que retirar os índios das terras que ocupam desde tempos imemoriais? Há violência maior do que retirar deles sua forma de sustento?", protestou o coordenador do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) em Minas, Fábio Alves dos Santos. A decisão judicial favoreceu o fazendeiro Balbino Laigner de Lacerda, que ocupa a área desde a década de 50, em permanente letígio com os Krenak.

Segundo Fábio Santos, restam agora apenas 60 hectares aos índios, dos 4 mil originais da reserva, doada em 1920 à União pelo governo de Minas, e demarcada em 1942 pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), órgão extinto com a criação da Funai.

Desde a década de 50, 52 invasores vêm se instalando nas terras indígenas, motivando ação judicial da Funai, vitoriosa em 1971, segundo o coordenador do Cimi: "Ao ganhar a ação, a Funai preferiu uma troca com o governo mineiro e passou a reserva para os invasores, transferindo os Krenak para a reserva dos maxacali, seus inimigos. O resultado foi que os índios voltaram a pé para a reserva."

A troca foi ilegal e acabou não se consumando, mas a Ruralminas (Fundação Rural Mineira), segundo Fábio Santos, deu títulos de propriedade de terrenos dentro da reserva indígena a 52 fazendeiros. (JB - 04/08/88)

Sul debate alternativas econômicas

De 11 a 14 de agosto, o CIMI-Sul promove em Curitiba (PR) o Encontro sobre Alternativas de Desenvolvimento Econômico para os Povos Indígenas. Os temas serão: economia tradicional dos povos Kaingang e Guarani; as determinantes econômicas da política indigenista oficial, de 1919 até os dias atuais; a economia agrícola das áreas indígenas e da sociedade envolvente; política agrícola e agrária no Brasil e algumas alternativas ao modelo existente. Alguns dos expositores: padre Bartomeu Meliá, Prof. Sílvio Coelho dos Santos e Horácio Martins. O Cimi-Leste convida o Secretariado Nacional, a Opan e todos os regionais a darem sua contribuição. Maiores informações no Regional Sul. (Porantin No. 110)

Cimi reúne regionais no Nordeste

O Cimi realizou em junho, no Maranhão, um encontro com todos os seus regionais, sobre organização indígena. Os debates destacaram a preocupação dos índios em relaçao à sua participação na política partidária e o trabalho das organizações de alguns povos, entre elas a União das Nações Indígenas (UNI) no Acre, Federação das Organizações Indígenas do Rio negro, Conselho Geral da Tribo Tikuna (AM) e o Conselho Indígena do Território de Roraima. Também se destacou a luta pela mobilização dos índios que está sendo desenvolvida pela UNI/AM. (Porantin No. 110)

Campanha do Javari inicia etapa

Após encerrar uma etapa de atividades e avaliar a primeira fase de atuação, a Campanha Javari redimensionou objetivos e linhas de ação e tem proposta de continuidade de intervenção indigenista junto aos povos do Vale do Javari, no Alto Solimões (AM).

A proposta surgiu, em maio último, de encontro da equipe da campanha juntamente com a Prelazia do Alto Solimões, que teve como base avaliação realizada em abril passado. Um trabalho mais regionalizado marcará esta nova fase da Campanha. A justificativa para isto fica por conta da relação histórica de conflito entre a sociedade envolvente e os índios daquela região (considerados empecilhos ao desenvolvimeto), sem contar a atuação dos órgãos federais e a indefinição da situação fundiária, de que o recente massacre ocorrido com os Tikuna é uma decorrência. (Porantin - No. 110)

O escândalo da hidrelétrica de Balbina

Símbolo do descaso para com o dinheiro público e de empiedosa agressão à natureza, a Usina hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, 176 quilômetros ao Norte de Manaus, revela agora uma dramática novidade: por erros técnicos, a usina não poderá funcionar. Sua modesta capacidade de produção de energia não será atingida.

Para socorrê-la, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., (Eletronorte), empresa subsidiária da Eletrobrás, projeta desviar um outro rio, o Alalaú, através de um canal de 25 quilômetros em plena selva amazônica. O desvio terá a função de jogar mais água no reservatório de Balbina, e, assim, tentar conseguir uma vazão capaz de movimentar as turbinas da hidrelétrica.

A obra poderá custar quantia próxima dos mais de 700 milhões de dólares já consumidos pela hidrelétrica. É que para desviar o Alalaú não basta o canal, é preciso construir uma barragem e, através de um sistema de comportas, regular o empréstimo de água ao Uatumã, em maior ou menor escala, de acordo com a época do ano.

"Já avaliamos a situação a nível de diretoria, mas a decisão de desviar o Alalaú ainda não é oficial por parte da Eletronorte", afirma o diretor-geral da obra (chefe da residência da Eletronorte), Francisco Queiroga da Nóbrega. Segundo ele, entretanto, esta será a única alternativa para que a usina hidrelétrica de Balbina, possa cumprir sua finalidade de gerar energia elétrica. "É uma situação difícil mas tem solução técnica", afirma Nóbrega.

Mais uma bordoada nos Waimiri-Atroari

A construção da Hidrelétrica de Balbina poderá causar outros danos além da inundação da floresta e a má utilização do dinheiro público. Os índios que moram na região estão também ameaçados pelo desvio do rio Alalaú que, pelo seu atual contorno, nasce e termina dentro da Área Indígena Waimiri-Atroari. Embora a imprensa não mostre claramente os danos aos índios, pode-se imaginar que os prejuízos serão enormes, pois o rio perderá seu curso normal.

Será esse mais um capítulo na história do contato dos Waimiri-Atroari com a sociedade nacional que, através de seus projetos, altera e expropria parte do território desses índios. Assim foi com a Br 174, que corta a reserva; com a perda de 31 por cento da área indígena original para a minerador Paranapanema lavrar a cassiterita; e agora, com a inundação de quase um quarto da área pelo Lago da Hidrelétrica de Balbina. (Programa Povos Indígenas no Brasil/CEDI).

Anistia denuncia morte de índio no Brasil

A Anistia Internacional (AI) citou dia 3 em um debate sobre direitos humanos o Brasil, a Colômbia, A Birmânia e a Índia como países em que ocorrem torturas ou assassinatos contra pessoas de minorias indígenas. A acusação, feita em comunicado por escrito, foi apresentada em Genebra durante reunião da Subcomissão de Direitos das Nações Unidas para a prevenção de discriminações e proteção às minorias.

A AI denunciou que no "Brasil as vidas dos povos indígenas estão sob ameaça crescente quando tentam defender suas terras das incursões de rancheiros e companhias de mineração e exploração de madeira". De acordo com a Anistia, com sede em Londres, as autoridades brasileiras têm se mostrado "ineficientes em garantir os direitos dos índios ou investigar abusos letais" contra eles.

Ao citar exemplos, a entidade lembrou os 14 índios Ticuna, entre eles cinco crianças, assassinados por homens, armados no Amazonas no último dia 30 de março. 9Jornal de Brasília - 04 08 88)

Funai e Vale prometem pagar indenização

Cerca de 100 índios, que no final de julho, invadiram a sede da Funai na cidade de Imperatriz (MA), começaram a voltar às suas aldeias. A invasão foi um protesto contra a falta de assistência do órgão e do não cumprimento da indenização garantida a eles pela Cia Vale do Rio Doce, por ter passado com uma ferrovia em área indígena.

Eles estavam acampados na frente da Funai e decidiram sair após entendimento com o superintendente interino da entidade, Dinarte Madeira e com a direção da Vale do Rio Doce. Dinarte informou que serão entregue 200 bois aos índios, como indenização da Vale do Rio Doce. (Notícias Populares - 04 08 88)

Pastoral Operária convida para Romaria do Trabalhador

No dia 7 de setembro, quando oficialmente comemora-se a Independência do Brasil, trabalhadores de vários estados realizam uma romaria, denunciando a dependência do país, a opressão contra os trabalhadores e a discriminação do negro. A "Romaria do Trabalhador" ocorrerá na cidade de Aparecida do Norte. Dela, participarão caravanas do estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e outros estados brasileiros.

A Romaria nasce da fé e da esperança que Maria trás ao homem do campo e da cidade, que peregrinam pelo Brasil, acreditando na força de seu trabalho e de sua organização. Também, refletindo o tema da Campanha da fraternidade, será dado destaque ao trabalhador negro, simbolizado pela Mãe Negra Aparecida.

A chegada das caravanas à Aparecida do Norte está prevista para às 9:00 horas da manhã. Haverá uma concentração no pátio da Basílica às 10:00 horas e às 11:30 horas uma celebração dentro da Basílica, presidida por Dom Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB. Pedimos o apoio de padres, bispos e leigos na organização das caravanas;e dos participantes, solicitamos que levem faixas com os temas das lutas dos trabalhadores e dos objetivos da romaria, priorizando o tema central: "Mãe / esta povo passa fome!".

Melhores informações e contatos, procurem a Pastoral Operária Estadual em São Paulo, pelo telefone (011) 36-5531 ou a Pastoral Operária / de sua diocese ou cidade. Contamos com você. (Pastoral Operária - Regional Sul)

Prefeitura ameaça grevistas com revólver

Após uma discussão acirrada, em que não faltou uma troca áspera de acusações, o prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares (PDT), ameaçou sacar um revólver contra o vice-presidente nacional da CGT e candidato a vereador pelo PMDB, Ricardo Baldino, no canteiro de obras do Ginásio Municipal. A cena foi presenciada pelos operários da obra, que, ao perceber a intenção do prefeito, logo contido por um segurança, muniram-se de martelos e ferramentas em torno de Baldino, também presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Outro segurança também ameaçou tirar o revólver da cintura, enquanto Collares era retirado do local por assessores.

O prefeito e a secretária municipal de Educação e sua companheira, Neusa Canabarro, foram ao canteiro de obras tentar intermediar a greve de 200 operários, que reivindicam melhores condições de trabalho e alterações do contato com a construtora HD. O ginásio, com 5 mil 400 metros cúbicos, juntamente com centros integrados de educação (Ciems) e a urbanização do centro da cidade estão incluídos na lista de realizações de Collares como reforço da campanha eleitoral do PDT.

Segundo Ricardo Baldino, a conversa entre ele e o prefeito começou amigavelmente, até que o operário João Castilhos Gonçalves interferiu, dirigindo-se à secretária: "Nós não somos cachorros, secretária". Em resposta, segundo o operário, ela afirmou: "Você é o líder, está demitido". Houve protestos dos trabalhadores. Irritado, o prefeito Collares completou: "Então, estão todos demitidos", iniciando-se uma áspera discussão com Baldino, que defendia os operários.(JB - 05/08/88)

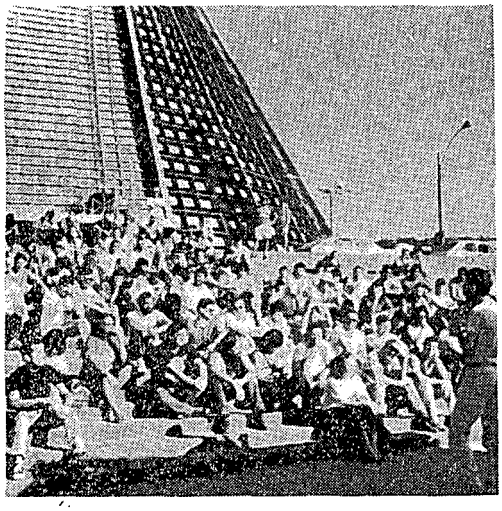
Greve de advertência fecha CEF na maioria dos estados

A greve de advertência dos funcionários da Caixa Econômica Federal (CEF) paralisou, dia 4, 90% das 430 agências no Estado de São Paulo, na avaliação dos grevistas. Segundo a assessoria de imprensa da CEF, o movimento atingiu a 80% das unidades. Com exceção do Maranhão, os funcionários dos demais Estados também pararam.

Durante o dia, a manifestação transcorreu sem incidentes na capital paulista. Os funcionários se concentraram no pátio entre os prédios da empresa na avenida Paulista (zona central).

Com exceção de Brasília, Rio, Mato Grosso e Piauí, os demais Estados decidiram dia 4 à noite, em assembléias, retomar o trabalho.(Folha SP - 05/08/88)

No Rio greve dura 48 horas



Adriana Lorete

Assembléia na Catedral decide pelo fim do movimento

Em uma assembléia da qual participaram menos de cem pessoas, os funcionários da Caixa Econômica Federal do Rio decidiram prolongar por mais 24 horas a greve iniciada dia 4, acatando a orientação do Comando Nacional. Segundo as avaliações feitas pelos dirigentes sindicais, a paralisação do dia 4 atingiu todas as cerca de 80 agências na capital do estado, além do edifício sede, na Avenida Almirante Barroso e o prédio da loteria, no Andaraí. Ainda segundo o Sindicato dos Bancários, os quase 7 mil funcionários lotados no município do Rio cruzaram os braços.

No domingo dia 7, funcionários da Caixa Econômica Federal, reunidos nas escadarias da Catedral Metropolitana do Rio, decidiram pelo fim da greve que durou dois dias.

Eles aceitaram a proposta de empresstimo no valor de dois salários-padrão a ser pago em um ano, sem correção monetária e juros de 12% ao ano, apenas durante a carência de 12 meses.

Isso, no entanto, não dispensará a campanha pelo reajuste salarial, cuja data base é 1º. de setembro (junto com os bancários). Os empregados da CEF querem 102% devido às perdas salariais, reposição dos 26% expurgados em junho de 87 pelo Plano Bresser, além da devolução das URP dos meses de abril e maio, cujo pagamento foi suspenso. (JB 08/08/88)

Fim da greve no Sul afasta colapso de energia

Com o fim da greve na Eletrosul dia 4 a Usina Termelétrica Jorge Lacerda, em Tubarão voltou a ser ligada a tempo de afastar a possibilidade já temida por todos de uma queda completa no sistema de energia de Santa Catarina.

A Fiesc (Federação das Indústrias de Santa Catarina) avaliou em Cz$ 500 milhões os prejuízos do setor com a alteração do fornecimento de energia: as indústrias cerâmicas, de papel e papelão de produtos alimentícios foram as mais atingidas. Uma avaliação mais precisa só dentro de 10 dias, com o levantamento junto às 22 maiores indústrias catarinenses, nas regiões de Criciúma, Blumenau e Joinville, onde se concentram os prejuízos. Também a Eletrosul deve demorar cerca de 10 dias para uma conclusão das possíveis perdas.

O presidente do Sindicato dos Eletrecitários de Florianópolis e membro do comando de greve, Vitor Schmidt, criticou a Cecrisa (Cerâmica Criciúma) pela ação indenizatória proposta contra o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Termelétrica de Tubarão por perdas e danos em sua produção com a queda de tensão. "É uma postura altamente reacionária: a direção da Cecrisa tenta insinuar com isso que qualquer greve é crime. Se alguém deve ser processado, é o presidente da República, que congelou a URP, o ministro da Fazenda, o presidente do Supremo Tribunal Federal e a direção da Eletrosul. Os empresários estão reclamando dos prejuízos, mas exatamente para tentar ressarcir os nossos prejuízos é que fizemos greve".

Ministro dá aumento de 35% mas greve nos correios continua em SP

São Paulo — Pedro Monagatti

Os sacos de cartas se acumulam em São Paulo

O ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães, autorizou, dia 8 aumento de apenas 35%, retroativo a junho, para os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e para os funcionários do sistema Telebrás. A decisão foi tomada após reunião com líderes dos funcionários dos Correios, que foram até o ministério tentar negociar o fim da greve e a readmissão de grevistas de São Paulo. O encontro foi tumultuado e terminou dez minutos depois de iniciado, sem que as lideranças conseguissem o atendimento de suas reivindicações.

Mesmo com o aumento de 35%, os funcionários de São Paulo resolveram continuar com o movimento. Em todo o país, os funcionários dos Correios vão se reunir para avaliar a medida determinada pelo ministro, que também inclui aumento do valor do vale refeição de Cz$ 200,00 para Cz$ 300,00. O assessor de imprensa do ministério, Nazi Brum, 53, disse que Antônio Carlos concedeu o aumento "consciente das perdas salariais ocorridas nos últimos meses".

Os grevistas de São Paulo foram proibidos de participar da reunião. O impasse foi resolvido com os demais representantes, negociando pelos paulistas. Quando a reunião começou, Antônio Carlos disse que estava alí para discutir problemas salariais. Em seguida, falou o representante de Pernambuco, Mauro Lapa, 44, que pediu a readmissão dos 1.150 emregados demitidos em São Paulo por causa da greve. O ministro segundo versão dos funcionários e de sua assessoria, retrucou que não iria readmitir grevistas, em hipótese alguma, já que não contrariaria um princípio seu. Ouviu do representante dos funcionários a resposta de que "então não podemos negociar por que combinamos isso antes de entrar em reunião". Muito irritado, segundo Lapa, o ministro teria levantado da mesa e dito: "Vou provar a você que acabo com o movimento em suas bases com o aumento que vou dar. E vou criar um correio particular se houver greve".(Folha de São Paulo - 09/08/88)

Greve 1

Os funcionários dos correios de Curitiba (PR), que paralisaram suas atividades na semana passada por 48 horas em solidariedade aos grevistas de São Paulo, continuam em estado de greve. A categoria é formada por 1.200 funcionários na capital.

Greve 2

Nas cidades de Indaiatuba, Campinas, São José dos Campos, Várzea Paulista, Jundiaí e Americana, no interior do Estado de São Paulo, os funcionários da ECT mantiveram dia 8 a paralisação. Desde o início da greve, no interior foram demitidos 300 funcionários e 120 foram contratados. A empresa deslocou para a região, no fim-de-semana, 150 funcionários para fazer a entrega de correspondência, que já está prejudicada.

Greve 3

Os funcionários da ECT de Campinas completaram dia 8, 28 dias de paralisação. Segundo José Aparecido de Souzam 36, chefe da zona postal da cidade, há cerca de um milhão de correspondências paradas. Essas cartas foram separadas por rua e o correio está convocando a população para retirá-las nos centros de triagem. O comendo de greve diz que 98% dos carteiros e 70% dos funcionários administrativos da cidade estão parados.(Folha SP - 09/08/88)